

**CAPITALISMO RETARDATÁRIO E A VIA PRUSSIANA: NOTAS SOBRE A
INDUSTRIALIZAÇÃO ALEMÃ.**

Izaltino Pedro dos Santos Júnior
ipsjr2063@bol.com.br
Rodolfo Barbosa Lima da Silva
Glaudionor Gomes Barbosa
glaudionorbarbosa@gmail.com

Resumo

O trabalho parte do suposto teórico de que a Revolução Industrial foi uma profunda mudança política, social, econômica, cultural e tecnológica, porém aquele processo não aconteceu da mesma forma em todas as sociedades, ou seja, houve mediações históricas e culturas nacionais, além do que não existiu um feudalismo, mas muitos feudalismos que determinaram industrializações diferentes. Também, os arranjos políticos são determinantes fundamentais. O objetivo central do trabalho foi de investigar como um país sem unidade nacional consegue se unificar e sob um governo autoritário realiza o que ficou conhecido como via prussiana de transição para o capitalismo. As evidências históricas indicam que a Alemanha vivenciou um singular processo de industrialização no século XIX. O Estado alemão juntamente com a iniciativa privada proporcionou a transformação da sociedade tradicional agrária numa moderna sociedade industrial mantendo e aperfeiçoando a agricultura alemã. Os bancos financiavam o crescimento industrial em todas as regiões e cooperavam com os empreendedores num melhor aproveitamento do capital. No intuito de proteger os produtos alemães, políticas protecionistas auxiliavam na manutenção do mercado interno e externo, enquanto o Estado implementava uma infra-estrutura que adequasse essa nova realidade industrial. Reformas educacionais aumentavam o nível de conhecimento da população e ensinava a doutrina prussiana a fim de combater o socialismo e todas as suas ramificações. A Alemanha chegou assim às vésperas da 1ª Guerra Mundial como uma das maiores potências em todos os níveis possíveis de avaliação.

Palavras-Chave: Unificação, Industrialização, Estado, Capital Financeiro. Alemanha

1. Introdução

O objetivo do trabalho é investigar a singularidade da Revolução Industrial alemã, em particular a forte presença do Estado na sua consecução. A industrialização da Alemanha coloca por terra as teorias liberais do capitalismo autopropagador, ficando evidente que se isto ocorreu foi relativamente na Inglaterra – e mesmo assim para a análise oferecer resultados consistentes é preciso separar os fatores econômicos dos fatores políticos, o que não é um procedimento metodológico e epistemológico adequado –, e em nenhum outro país, dentro ou fora do continente europeu. O Estado foi sempre uma avalanche da acumulação de capital. Quanto à organização, o artigo é composto de seis seções, incluindo essa introdução. A seção dois introduz a natureza da industrialização na Alemanha; na seção três é discutido o processo de unificação da nação alemã; na seção quatro se discute a relação entre Estado, indústrias, capital financeiro e militarismo; a seção cinco discute as relações entre o Estado e as classes trabalhadoras; a seção seis é a conclusão.

2. Palavras Iniciais

O estudo da industrialização alemã desconstrói as teorias econômicas liberais simplesmente porque a história da industrialização se confunde com a história da unificação das nações germânicas, e como bem se sabe, pelo liberalismo, o mercado se desenvolve por si só, e no caso alemão, o desenvolvimento do capitalismo está intimamente ligado à construção do Estado e da relação dele com as forças produtivas. Não se afirma com isto que a atuação deste na economia, explique de forma única e exclusiva todo o processo, mas é parte fundamental da análise não só na segunda parte do século XIX e a 1ª Guerra Mundial como também do verdadeiro renascimento após o Tratado de Versalhes, em 1919, e da grande depressão, em 1930.

As principais obras de referência apontam que o Estado alemão depois da unificação de Bismarck foi fundamental para o desenvolvimento das potencialidades econômicas alemãs já existentes antes da união. Nota-se que foi usado o termo desenvolvimento, e não apenas crescimento, e existe um motivo para isso. A aristocracia alemã não estimulou apenas a produção como também concedeu uma série de benefícios sociais às classes trabalhadoras

como forma de arrefecer o nascente e vibrante poder sindical das classes trabalhadoras e da social-democracia.

Há no caso alemão uma conjuntura de fatores que fazem com que ele receba um tratamento especial. Abundância em matérias primas como ferro e carvão, indústrias de ponta, integração do território nacional por uma rica malha ferroviária financiada pelo Estado, um sistema bancário forte, mudanças na produção agrícola, e a participação efetiva do Estado na vida social que é por sinal o grande destaque.

3. A formação do Estado-Nação na Alemanha

Essa parte do texto foi escrita com base em alguns autores clássicos, como Schnerb (1958), Mauro (1976), Hobsbawm (1969), Hobsbawm (1979), Hobsbawm (1982), Hobsbawm (1998), Rezende Filho (2005) e Antônio de Paula (2008), Não há citação direta ou indireta dos autores, mas somente uma interpretação dos autores do artigo baseada nas leituras daqueles clássicos, com destaque para Hobsbawm e Mauro.

A Unificação Alemã faz parte de um processo histórico mais geral conhecido como as Unificações retardatárias, tratam-se da formação de estados soberanos ocorrida no fim do século XVIII e começos do século XIX. Naqueles processos não se levava em consideração apenas a união territorial, mas principalmente a união do idioma (pelo menos o principal), cultura e principalmente, do sentimento nacional.

Com a derrota de Napoleão Bonaparte em 1815, o processo de reestruturação das monarquias européias deu origem à chamada Confederação Alemã. Aquela Confederação consistia em uma região formada por 38 Estados independentes comprometidos a defenderem a soberania das monarquias dos estados participantes. Dentro desse conglomerado de monarquias, só a Áustria e a Prússia sobressaiam-se enquanto as mais influentes nações da Confederação. Exatamente pelos papéis políticos, militar e econômico que desempenhavam, acrescido da própria disputa por hegemonia, os dois Estados se opunham mutuamente em quase tudo.

Um acontecimento importante deste período histórico é que o Congresso de Viena representou o retorno de monarquias centralizadoras em muitos pontos da Europa, como na Áustria. Paralelamente, o um primeiro impulso de industrialização fortaleceu a burguesia e, pela crescente exploração da classe trabalhadora, deixara os operários em condições de vida

muito difíceis. Foi assim, portanto, que camadas sociais tão díspares tentaram uma união para a derrubada das monarquias européias.

Na Confederação Germânica, movimentos radicalizados exigiram sufrágio universal, a convocação de Assembléia Constituinte, a aprovação de novas cartas magnas e o fim do poder centralizado dos monarcas - quando não o fim da própria monarquia. Tudo isso envolto por um forte sentimento nacionalista e pelo desejo de, no curso daquele processo, unificar todos os estados num só país: a Alemanha.

Mas o impasse político surgido na Prússia e a inflexão da burguesia na Áustria - que, temerosa, mudou de posição, passando a apoiar o rei - deu novo ânimo às monarquias e inviabilizou a unificação na primeira metade do século XIX. Contudo, forças sociais importantes trabalhavam em favor da unificação.

Deste momento em diante, duas mudanças importantes aconteceram: primeiro, os esforços para a unificação passaram a ser, sobretudo, um objetivo da Prússia, com a exclusão da Áustria; em segundo, diferentemente das tentativas iniciais, esse segundo momento foi marcado pelas ações a partir do alto, manipuladas diretamente pelos que ocupavam o controle do aparelho de Estado, e não mais por movimentos sociais formados pela classe trabalhadora e por segmentos da classe média. Na Prússia, em particular, a burguesia industrial passou a apoiar fortemente a unificação, pois seus representantes acreditavam que um governo forte era essencial para alavancar mais rapidamente o desenvolvimento da indústria capitalista.

Assim, enquanto a Áustria apostava no desenvolvimento econômico de seu forte setor agrícola, a Prússia enxergava no processo de unificação política dos estados confederados um passo fundamental para o desenvolvimento econômico da região. Tentando efetivar seus interesses, a Prússia, em 1834, criou uma união aduaneira, abolindo as taxas alfandegárias entre as monarquias participantes do referido acordo. Essa união favoreceu mais efetivamente a Prússia, visto que seus produtos industrializados circulavam mais livre e rapidamente pelos Estados da Confederação Germânica. A Áustria não foi convidada, a princípio, para participar daquele tratado econômico, mas logo fez pressão e conseguiu entrar.

Em 1860, Otto Von Bismarck foi eleito Chanceler da Prússia, ele será o grande condutor do processo de unificação da Alemanha. Bismarck era um Junker, ou seja, um membro da Nobreza e grande proprietário de terras e como tal, só acreditava que a "união entre irmãos" só se daria em momentos de "ferro e sangue", ou seja, a união só aconteceria em uma situação

em que um Estado necessitasse desesperadamente do outro, principalmente quando da ocorrência de um problema militar. É neste sentido que o novo Chanceler iniciou um firme movimento de militarização da Prússia, não apenas de um ponto de vista de armamentos, mas particularmente na esfera ideológica, tornando a população prussiana mais obediente ao Estado e, conseqüentemente, formando um exército mais disciplinado e organizado. Bismarck incentivou a industrialização prussiana, o que fortaleceu ainda mais a burguesia. Em um tempo muito reduzido a Prússia criou uma base industrializada muito forte, inclusive no que respeita à indústria bélica.

Em 1864, já como primeiro-ministro da Prússia, o chanceler Otto Von Bismarck tomou a missão de promover o processo de unificação alemã, como primeiro passo entrou em guerra contra a Dinamarca e assim conquistou territórios perdidos durante o Congresso de Viena. Em 1866, Bismarck entrou em conflito com a Áustria e, durante a Guerra das Sete Semanas, conseguiu dar um importante passo para a unificação com a criação da Confederação Alemã do Norte. Com isso, a Prússia passou a deter maior influência política entre os estados germânicos, isolando a Áustria. Com a deflagração de um desgaste político entre a França e a Prússia, o governo de Bismarck tinha em mãos a última manobra que consolidou o triunfo unificador.

Em 1870 aconteceu a Guerra Franco-Prussiana, com a vitória da Prússia que conseguiu, desse modo, unificar a Alemanha. O rei Guilherme I foi coroado como kaiser, ou seja, Imperador de toda Alemanha e líder máximo do II Reich Alemão. Conquistando na mesma guerra as regiões da Alsácia e da Lorena, ricas produtoras de minério. A partir desse momento histórico o império alemão viveu uma rápida ascensão de sua economia.

A unificação alemã foi completada e sancionada politicamente em janeiro de 1871, quando, no Palácio de Versalhes, Guilherme 1º foi coroado o primeiro *kaiser*, ou seja, Imperador da Alemanha unificada. O tratado que encerrou a guerra, porém, só foi assinado em maio de 1871.

4. Estado, Indústrias, Capital financeiro e Militarismo.

Segundo Cury (2006), um dos fatores que impulsionaram a revolução industrial alemã foi o forte desenvolvimento das indústrias de transformação, também conhecidas como

indústrias de base. No entanto, para o avanço neste setor, é de extrema importância a abundância de matéria prima e energia, na época, isso significava, carvão, ferro e aço. O pleno desenvolvimento deste setor, e conseqüentemente dos demais, aconteceu com a unificação e a eliminação das barreiras tarifárias do comércio interno, possibilitando que o carvão e o ferro da Alsácia e Lorena chegassem às outras regiões mais barato, porém isto não diz tudo, como argumenta Mauro:

O ferro e o aço formam a indústria de base. A anexação da Lorena em 1871 e a utilização do processo Thomas Gilchrist para tratar o ferro oolítico da Lorena não foram suficientes para satisfazer as necessidades da Alemanha. Foi preciso ainda importar todo ano 11,5 milhões de toneladas de minerais espanhóis e suecos. Também os altos-fornos se encontram seja nas minas de ferro, seja nas minas de carvão, seja ainda nos portos. (MAURO, 1976, p. 227).

É importante observar que a tomada da dianteira pela Alemanha é rápida e irreversível, como pode ser constatado pela inversão no consumo produtivo de duas matérias-primas fundamentais do período analisado, ou seja, o carvão e ferro, que ocorreu quando se compara a Grã-Bretanha e a Alemanha e os períodos de 1880 e 1909. Como mostrado no quadro 1 abaixo:

QUADRO 1
Consumo de Carvão e Ferro
Grã-Bretanha Versus Alemanha
1880 Versus 1909

<i>Grã-Bretanha (1880)</i>	<i>Alemanha (1909)</i>
Consumo de carvão maior do que o alemão em 72 milhões de toneladas	Consumo de carvão maior do que o britânico em 8 milhões de toneladas
Consumo de ferro maior do que o alemão em 3500 mil toneladas.	Consumo de ferro maior do que o britânico em 3800 mil toneladas.

Fonte: CURY, 2006, p.59.

Vale observar que, o Estado foi decisivo na eliminação das barreiras internas, como também na construção das barreiras externas, de forma a proteger a produção nacional e fazer com que se fortalecesse a ponto de se tornar a grande caldeira da Europa. Como coloca com muita propriedade Cury:

Em especial porque a participação do Estado no planejamento do desenvolvimento nacional foi verdadeiramente singular. Apoiado numa longa tradição de intervencionismo governamental, o Estado alemão atuou firmemente em todos os segmentos articulados ao crescimento econômico, desde a implantação de uma rede ferroviária eficiente, passando pela formulação de políticas de incentivo industrial, até o o esforço realizado para dotar o país de centros educacionais de excelência, em todos os níveis. (CURY, 2006, p. 40-41).

Um dos traços mais marcantes do capitalismo na Alemanha é como todas as regiões foram integradas economicamente, mesmo com povos, línguas, culturas, e economias próprias, havendo inclusive desenvolvimento uniforme entre elas, que via de regra, não acontece na maioria dos países atualmente. E isto foi possibilitado pela ação efetiva do Estado na administração e no investimento maciço em ferrovias, permitindo que regiões pouco populosas e pobres fossem integradas ao resto do país, uma vez que, se isto fosse feito pela iniciativa privada, objetivando o lucro, algumas regiões não seriam beneficiadas pois, pela própria condição econômica não seriam rentáveis. E com o Estado, não objetivando lucratividade, a integração foi feita sem discriminações regionais. E isto foi decisivo para que não houvesse separação territorial, já que se todas as regiões estavam bem não haveria motivos para separatismos.

Um setor que foi forte e continua sendo na Alemanha é o de alta tecnologia, na época, eletricidade e química. Pioneiro na Europa, ele conseguiu se estabelecer em território nacional e se expandiu para o mundo todo, tamanho era o desenvolvimento desta indústria. Para este setor foi fundamental a proliferação de escolas técnicas, e a formação de profissionais altamente qualificados, mas foi de suma importância também, a criação de universidades e escolas de engenharia, pois, nestas havia comprometimento com o desenvolvimento científico, não com os problemas cotidianos, os quais ocupava as escolas técnicas. E o Estado incentivou intensivamente sempre, aliás, o alto grau de cultura e educação do povo alemão e o

próprio desenvolvimento das indústrias de ponta nos dias de hoje deve-se ao investimento estatal em educação desde a unificação.

Ainda sobre os fatores técnicos, é importante que se diga, o quanto a base de produção agrícola alemã favoreceu todo o processo de industrialização, tendo em vista que, ela resistiu a fuga de mão-de-obra para as indústrias e o decorrente aumento dos salários no campo, e a dificuldade de se mecanizar a agricultura, conseqüência da proteção dada às indústrias de base, o que encarecia o maquinário. E ainda assim, manteve-se firme, abastecendo as cidades alemãs lutando contra condições que lhe empurrava para a perda de mercado interno para cereais estrangeiros e ao mesmo tempo, que conseguiu derrubada da proteção tarifária para a indústria do ferro e mecanizar sua produção, fez da Alemanha um dos maiores produtores de batatas, de açúcar de beterraba e de cereais do mundo.

Os bancos foram essenciais na industrialização germânica, pois, foi com os empréstimos concedidos por eles que o setor produtivo conseguiu dar um verdadeiro salto tecnológico e a partir do financiamento da produção conseguiram estabelecer-se enquanto nação poderosa economicamente perante o mundo. O relacionamento bancos-indústrias foi construído ao longo do tempo, e se calcificando enquanto ralação cooperativa, a partir do momento em que os bancos passaram a ter cada vez mais participação nas empresas. Como afirma Cury em sua obra:

“Esse progressivo aumento da interação entre bancos e indústrias, na economia alemã, pode ser observado na composição do conselho supervisor das instituições industriais e financeiras: mais cedo ou mais tarde, ocorria a nomeação de membros da diretoria dos bancos para o conselho administrativo das empresas industriais, ao passo que, ocasionalmente, alguns ‘capitães da industrial’ também eram indicados para participar do conselho dos bancos”. (CURY, 2006, p. 61).

Os fatos citados acima, demonstrando uma crescente integração entre os setores bancários e industriais, formando o capital financeiro, facilitou em muito o crescimento da indústria alemã, mas que, como efeito colateral teve a perda de soberania dos industriais nas decisões acerca da produção. Este modelo, de subordinação do setor produtivo pelo

financeiro, se fortaleceu e se sofisticou, estando as empresas hoje, não só na Alemanha, mas em todo o globo, cada vez mais dependente do socorro bancário.

Levando em consideração de que a conquista de outros mercados consumidores e fornecedores de matérias primas foi feita através da força militar das nações da época. E que essa expansão foi primordial para a absorção do excedente da produção do países industrializados da época. A indústria bélica juntamente com o incentivo estatal desempenhou um papel fundamental para a proteção das indústrias, e do interesse nacional. Com o amadurecimento dessa relação a indústria militar se tornou na prática uma extensão das forças armadas germânicas e no desenrolar deste processo de conquista, também conhecido por imperialismo, que culminou na 1ª Guerra Mundial e teve continuidade na Segunda, esta relação foi exposta para o mundo, o que reafirma a íntima relação entre o Estado alemão e a iniciativa privada.

5. Estado, classes trabalhadoras e conquistas sociais.

Com o fortalecimento dos trabalhadores através de sindicatos e partidos políticos, seu poder de reivindicação aumentou substancialmente, o que deixava a relação estado-patronato-operariado extremamente conflituosa. De um lado, os trabalhadores ansiavam uma vida melhor, para isso um aumento do custo de produção para os industriais, que por sua vez, desejavam reduzir custos para melhorar a competitividade de seus produtos no mercado externo e ampliar sua capacidade de investimento, e cobrava do estado uma ação efetiva no combate aos trabalhadores e às greves organizadas por eles. E o Estado por sua vez, temia a disseminação das idéias socialistas, e que o agravamento das condições de vida levasse os trabalhadores a contestarem veementemente ordem instituída. Neste ponto é que se nota, quão o Estado e a aristocracia que o controlava participou ativamente da vida social e foi competente o suficiente para se manter no poder frente uma situação desta. A saída para o problema com os trabalhadores foi pressionar as empresas para concederem os benefícios reivindicados e acomodá-los, sufocando os movimentos de contestação. E a solução para o problema das empresas foi o lançamento de campanhas internacionais pelos trabalhadores, incentivando outros países e suas empresas a concederem tais benefícios aos seus operários,

de maneira a fazer com que os custos de produção das respectivas indústrias concorrentes alemãs pelo mundo aumentassem mantendo o mesmo nível de competitividade.

6. Conclusão

A discussão feita acima indica claramente a singularidade da industrialização alemã e esclarece importantes aspectos sobre as industrializações atrasadas incluindo a da Alemanha que foi o objeto desta análise, na medida que, como já foi mencionado, o estudo do caso alemão destrói literalmente os princípios liberais, de mão-invisível, auto-regulação. Demonstrando detalhadamente como o capitalismo alemão se desenvolve mediante a intervenção da mão poderosa e operante de seu Estado.

Referências Bibliográficas

CURY, Vânia Maria. *História da Industrialização no Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: FORENSE, 1969.

HOBBSAWM, Eric. *As origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global, 1979.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848 -1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

MELLO, Leonel Itaussu & COSTA, Luís César Amado. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione, 2001.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *História Econômica Geral*. São Paulo: Contexto, 2005.

SCHNERB, Robert. O Século XIX: O apogeu da civilização européia. In: CROUZET, Maurice (Org.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.

CROUZET, Maurice (Org.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

MAURO, Frederic. *História Econômica Mundial (1790 – 1970)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ANTÔNIO DE PAULA, João. A idéia de nação no século XIX e o marxismo. *Estudos Avançados* 22 (62). São Paulo: USP, 2008, (219-235). In: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a15v2262.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2009.